

Desmatamento

Quem cuida da Amazônia

DADOS PRELIMINARES divulgados em janeiro pelo Ministério do Meio Ambiente e pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) apontam um desmatamento na região amazônica de 3.123 quilômetros quadrados entre agosto e dezembro de 2007. As derrubadas ocorreram em maior intensidade nos meses de novembro e dezembro. Nesse período, foram desmatados 1.922 quilômetros quadrados de floresta.

A notícia caiu como uma bomba e a troca de acusações apareceu de todos os lados. O Ministério do Meio Ambiente (MMA) imputa a culpa à ampliação produtiva da soja e da pecuária na região. A Confederação Nacional da Agricultura (CNA) repudia a afirmação e destaca que os grandes causadores do desmatamento são:

- A ausência do Estado;
- A falta de regularização fundiária;
- O grande número de assentamentos rurais.

Em 16 de fevereiro de 2005, o MMA, na Exposição de Motivos E.M.14/MMA/GM/2005, encaminhada ao presidente da República, do então anteprojeto de lei que dispunha sobre a gestão de florestas públicas para produção sustentável citava que:

“A Amazônia brasileira, responsável por mais de 90% da produção florestal de áreas naturais do Brasil, apresenta, segundo estimativas, 24% do território como área privada e 29% com áreas legalmente protegidas, incluindo as Unidades de Conservação e Ter-

ras Indígenas. Restam 47% da superfície ocupada por terras públicas ou devolutas, com cobertura florestal e sobre as quais o exercício de atividades do Estado é ainda incipiente.”

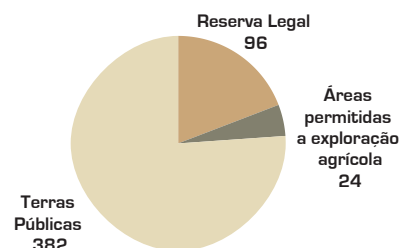
Em 02 de março de 2006, o citado projeto foi convertido na Lei nº 11.284. O governo federal assumiu assim toda a responsabilidade por mais 47% da Amazônia, na qualidade de gestor das florestas lá existentes.

A referida Lei de Gestão de Florestas Públicas não tratou de um dos principais problemas da região da Amazônia: a ocupação irregular de terras públicas. Diversos produtores são ocupantes de terras públicas da União, de forma mansa e pacífica, há vários anos. Políticas públicas geraram uma série de situações ou títulos precários, tais como simples posses, ocupantes sem documentos de ocupação com processos formalizados no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), licença de ocupações, autorizações de ocupações, Contratos de Promessa de Compra e Venda de Terras Públicas Federais e Contratos de Alienação de Terras Públicas entre outros.

Somente a regularização fundiária poderá diminuir os atuais conflitos agrários e a pressão por novas áreas na floresta amazônica, trazendo segurança jurídica, bem como o conhecimento da situação ocupacional desse imenso território.

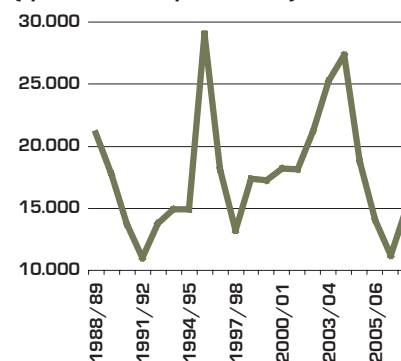
Existe o recente Decreto nº 6.321, de 21 de dezembro de 2007, que dispõe

Uso e destinação de terras na Amazônia Legal milhões de hectares



Fonte: CNA

Desmatamento da Amazonas (quilômetros quadrados)



*Projeção com base de setembro a dezembro de 2007.
Fonte: Inpe

sobre ações relativas à prevenção, monitoramento e controle de desmatamento no Bioma Amazônia. Ele trouxe mais obrigações de natureza fundiária aos proprietários e possuidores de imóveis rurais às já existentes. Isso, sem separar o proprietário, ou o possuidor regular, do grileiro de terras e dos promotores de desmatamento ilegais. A soja e a pecuária de corte viraram os principais “bodes expiatórios”.

A soja ocupa 1,4% da Amazônia Legal, sendo insignificante a sua produção na região, e apenas 0,3% da Amazônia “de fato”, ou seja, do Bioma Amazônico. Muito pouco para uma área aberta de 70 milhões de hectares no total na Amazônia Legal.

As atividades agropecuárias carecem de um referencial – dado pelo Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE), que ainda não saiu do papel – para fins de regularização das áreas já consolidadas.

Muitos assentamentos rurais têm minimizada sua parcela de responsabilidade

Desmatamento na região amazônica (quilômetro quadrados)

Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Total
243	611	347	974	948	3.123

Contestação dos dados

Muito antes da divulgação do relatório do Deter, o governo já considerava 2008 como um ano de alto risco para a Amazônia, por causa do aquecimento dos mercados internacionais de soja e carne e das eleições municipais. Depois de três anos de queda na taxa de desmatamento, veio a reversão da tendência.

O Inpe sustenta seus dados, embora seja alvo de críticas. O governador de Mato Grosso, Blairo Maggi, afirma que o relatório da revisão em campo aponta 90% de erro nos pontos detectados entre outubro e dezembro de 2007 no estado. As derrubadas apontadas como recentes são antigas, resultado de incêndios florestais ou de interpretações equivocadas das imagens de satélite.

Já a Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (Abiove), em parceria com ONGs como WWF, Greenpeace, Conservation Internacional e Nacional Conservancy checaram detalhadamente um extenso levantamento de dados baseado no rastreamento por satélite de áreas desmatadas. O trabalho concluiu que o desmatamento no Bioma Amazônico foi pequeno e concentrou-se em 110 propriedades.

Existe também a observação do Serviço de Alerta de Desmatamento (SAD), um boletim mensal produzido pelo Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon), com sede em Belém, no Pará, e pelo Instituto Centro de Vida (ICV), em Cuiabá, Mato Grosso. O SAD, mesmo quando usa as referências geográficas (polígonos) das áreas já identificadas como desmatadas pelo Inpe, não consegue chegar às mesmas estatísticas.

Outra argumentação é baseada no fato do segundo semestre não ser o período apropriado para o desmatamento devido às grandes chuvas na região. O trabalho sofre interrupção e a formação de floresta secundária ocorre em tempo rápido.

De qualquer forma, a repercussão internacional é imensa. O Brasil terá de defrontar-se com o tema do desmatamento nas negociações internacionais sobre ambiente. A questão da manutenção das florestas já é um assunto “incontornável” para as principais diplomacias do mundo. O governo americano quer que os países emergentes, como o Brasil, aceitem negociar no âmbito do G-8, neste ano, uma meta global de longo prazo para a redução de emissões de CO₂. O grupo de países industrializado é presidido em 2008 pelo Japão, mas terá Brasil, China, Índia, México e África do Sul como convidados a debater uma série de assuntos, como tem ocorrido tradicionalmente.

Até 1996, a autorização para desmatamentos na Amazônia era de 50% da propriedade. Mas, com os dados assustadores da derrubada em 1994 – 30 mil km² –, o então presidente Fernando Henrique Cardoso editou a MP 1.511. A área de reserva legal foi fixada em 80%.

Quem ainda não desmatou só pode desmatar 20%, quem já desmatou antes da medida provisória de 1996 – e comprovou que foi antes –, é obrigado a manter os 50% apenas. Novas regras para o Código Florestal são prioridade. O projeto, de 2001, parou na Comissão de Meio Ambiente há pelo menos três anos. Moacir Micheletto (PMDB-PR), o relator, considera alguns pontos ultrapassados. Já o presidente da comissão, André de Paula (DEM-PE) cobra definições: “Há muita briga e não se chega a lugar nenhum”, diz ele.

sobre os desmatamentos na Amazônia. São 42 milhões de hectares na Amazônia e 75 milhões de hectares em todo o País. Grande parte dessas pessoas estão favelizadas, sem assistência técnica e fomento adequados.

Falta reforço no “combate à ilegalidade”, pois mais de 90% dos desmatamentos são

irregulares, segundo dados do próprio governo. Existe a contribuição à *incineração da floresta* pela indústria do ferro-gusa.

Levantamentos recentes do Ibama demonstram que menos de 2% do carvão que movimenta o maior pólo siderúrgico do País – o de Carajás – possui origem lega-

lizada. A fabricação de carvão vegetal, para abastecer as 14 empresas siderúrgicas da região, consome mais madeira que toda a cadeia de indústrias de madeira da Amazônia, que engloba cerca de 3.500 empresas!

Levando-se em conta que são necessários 2 metros cúbicos de biomassa florestal para cada metro cúbico de carvão produzido, chega-se ao total de 2 milhões de metros cúbicos de biomassa florestal por mês para abastecer as indústrias de ferro-gusa, o que representa 24 milhões de metros cúbicos de consumo anual.

Conclusão

É fundamental, a partir da implementação do ZEE, fazer a regularização fundiária e contar com a efetiva presença do Poder Público na região, de modo a organizar a ocupação da Amazônia e a exploração dos seus recursos naturais.

A imagem negativa do País no cenário internacional, causada pela falta de políticas para conter o desmatamento na região amazônica prejudica a nação como um todo. Novas barreiras comerciais internacionais poderão ser impostas, além da perda da oportunidade de darmos um melhor destino a esses preciosos recursos.

Não é o caso de transformar a Amazônia em um grande parque ecológico, onde tudo será proibido. Deve-se criar mecanismos de remuneração, a exemplo do que acontece em outros países, para proprietários de áreas destinadas à conservação. Um modelo de reconhecimento e valorização dos serviços ambientais. Os proprietários não ficariam apenas com o ônus da conservação de um bem de interesse de toda a humanidade, como é a floresta.

Por sua vez, o Decreto nº 6.321, de 20 de dezembro de 2007, estende as penas aplicáveis de crime ambiental à pessoa física ou jurídica que adquirir, intermediar, transportar ou comercializar produto, subproduto de origem animal ou vegetal produzido em áreas irregulares segundo o Código Florestal. Isso significa que toda a cadeia produtiva, e não somente o produtor, fica sujeita à penalização. ■